

# Cotidianos, escolas e patrimônio

Percepções  
antropourbanísticas  
da capital do Brasil

Cristina Patriota de Moura  
Elane Ribeiro Peixoto  
Maria Fernanda Derntl  
(organizadoras)

EDITORA



UnB



Pesquisa,  
Inovação  
& Ousadia



**Universidade de Brasília**

**Reitora** : Márcia Abrahão Moura  
**Vice-Reitor** : Enrique Huelva

EDITORA



**UnB**

**Diretora** : Germana Henriques Pereira

**Conselho editorial** : Germana Henriques Pereira (Presidente)  
: Fernando César Lima Leite  
: Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de Rezende  
: Carlos José Souza de Alvarenga  
: Estevão Chaves de Rezende Martins  
: Flávia Millena Biroli Tokarski  
: Jorge Madeira Nogueira  
: Maria Lidia Bueno Fernandes  
: Rafael Sanzio Araújo dos Anjos  
: Sely Maria de Souza Costa  
: Verônica Moreira Amado

EDITORA



UnB

# Cotidianos, escolas e patrimônio

Percepções  
antropourbanísticas  
da capital do Brasil

Cristina Patriota de Moura  
Elane Ribeiro Peixoto  
Maria Fernanda Derntl  
(organizadoras)



Pesquisa,  
Inovação  
& Ousadia

**Equipe editorial**  
: Luciana Lins Camello Galvão  
: **Coordenação de produção editorial** : Angela Gasperin Martinazzo  
: **Preparação e revisão** : Wladimir de Andrade Oliveira  
: **Projeto gráfico** : Haroldo Brito  
: **Diagramação**  
: © 2020 Editora Universidade de Brasília  
: Direitos exclusivos para esta edição:  
: Editora Universidade de Brasília  
: SCS, quadra 2, bloco C, nº 78, edifício OK,  
: 2º andar, CEP 70302-907, Brasília, DF  
: Telefone: (61) 3035-4200  
: Site: www.editora.unb.br  
: E-mail: contatoeditora@unb.br  
: Todos os direitos reservados. Nenhuma parte  
: desta publicação poderá ser armazenada ou  
: reproduzida por qualquer meio sem a autorização  
: por escrito da Editora.  
: Esta obra foi publicada com recursos provenientes do  
: Edital DPI/DPG nº 3/2019.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

---

C844 Cotidianos, escolas e patrimônio : percepções antropourbanísticas da capital do Brasil / Cristina Patriota de Moura, Elane Ribeiro Peixoto, Maria Fernanda Derntl (organizadoras). – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2021.  
204 p. ; 23 cm. – (Pesquisa, inovação & ousadia).

ISBN 978-65-5846-010-7

1. Distrito Federal (Brasil). 2. Espaços públicos. 3. Cotidianos escolares. 4. Patrimônio cultural. I. Moura, Cristina Patriota de (org.). II. Peixoto, Elane Ribeiro (org.). III. Derntl, Maria Fernanda (org.). IV. Série.

CDU 39:72(817.4)


---



# Créditos e agradecimentos

Apresentamos, neste livro, os primeiros resultados de pesquisa desenvolvida por membros de dois laboratórios de pesquisa da Universidade de Brasília (UnB) – o Labeurbe (Laboratório de Estudos da Urbe) e o Laviver (Laboratório de Vivências e Reflexões Antropológicas: Direitos, Políticas e Estilos de Vida), respectivamente vinculados à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e ao Departamento de Antropologia da UnB. O Labeurbe e o Laviver estabeleceram essa colaboração visando compreender os cotidianos de moradores de diferentes regiões administrativas do Distrito Federal e os significados desses cotidianos para a configuração metropolitana da capital federal.

Para a realização da pesquisa, contamos com o financiamento da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF) para o projeto intitulado “Cotidianos escolares e dinâmicas metropolitanas da capital do Brasil”, agraciado por meio do Edital nº 3/2016. Também obtivemos o apoio da Capes por meio do Edital Capes-PrInt, que nos possibilitou ampliar o diálogo em colaboração com o pesquisador Alan Mabin, da Universidade de Witswatersrand, África do Sul, e discutir parte dos resultados em evento da Red Internacional de Etnografía con Niños e Niñas (RIENN) na Western Oregon University, em maio de 2019. Agradecemos também ao CNPq, que possibilitou a realização



de parcelas significativas da pesquisa por meio de bolsas de mestrado e doutorado concedidas a autores de capítulos do livro.

Somos gratas a colegas que participaram da elaboração do projeto inicial, em especial a Antonádia Borges, e a todas as estudantes que, apesar de não constarem como autoras de capítulos deste livro, contribuíram com a pesquisa em diferentes momentos: Stéfane Cryslaine Alves Guimarães, Raíssa Menezes de Oliveira, Joyce Helen Neves da Silva e Carolina Holanda Castor.

Também agradecemos especialmente à direção, coordenação, professores, estudantes, funcionários, pais e mães das “comunidades escolares” dos Centros de Ensino Fundamental CEF 19, em Ceilândia, e CEF 02, no Plano Piloto, com quem esperamos continuar colaborando para possibilitar maior integração entre as escolas, suas vizinhanças, as áreas reconhecidas como patrimônio material e a metrópole em que se transformou a capital do Brasil.

*Cristina Patriota de Moura*

*Elane Ribeiro Peixoto*

*Maria Fernanda Derntl*

# Sumário

## Introdução

### **Cotidianos, escolas e patrimônio: percursos de pesquisa 9**

Cristina Patriota de Moura

Elane Ribeiro Peixoto

Maria Fernanda Derntl

## Capítulo 1

### **História, memória e patrimônio de Brasília: escolas em unidades de vizinhança 27**

Maria Fernanda Derntl

1.1 Unidades de vizinhança: trajetórias de um conceito **28**

1.2 Plano Piloto e Plano Escolar: vínculos e articulações **33**

1.3 Outros planos: do núcleo traçado por Lucio Costa às propostas de organização do território **37**

1.4 Os planos urbanísticos para as cidades-satélites: a unidade de vizinhança reformulada **40**

1.5 História e memória entrelaçadas: dos discursos fundadores aos depoimentos de moradores de cidades-satélites **44**

## Capítulo 2

### **A Unidade de Vizinhança nº 1 e as escalas relevantes do patrimônio 59**

Cristina Patriota de Moura

Vinicius Prado Januzzi

2.1 Um relato de campo **60**

2.2 As múltiplas escalas da cidade **62**

2.3 Considerações finais **82**

### Capítulo 3

## **Espaços públicos e vida cotidiana na Unidade de Vizinhança nº 1 87**

Vinicius Prado Januzzi  
Alexandre Jackson Chan Vianna

- 3.1 Introdução **88**
- 3.2 O cotidiano da Unidade de Vizinhança nº 1 **89**
- 3.3 Trânsitos na Unidade de Vizinhança nº 1 **105**
- 3.4 Considerações finais **110**

### Capítulo 4

## **Arte e cidade em escolas de ensino fundamental 117**

Elane Ribeiro Peixoto  
Julia Mazutti Bastian Solé

- 4.1 O portão aberto **117**
- 4.2 O CEF 19 **120**
- 4.3 A turma da Vânia **124**
- 4.4 Alberto Caeiro a nos guiar **127**
- 4.5 A minha cidade é mesmo bonita **144**

### Capítulo 5

## **Transformações morfológicas de Ceilândia 153**

Elane Ribeiro Peixoto  
Alana Silva Waldvogel

- 5.1 Ceilândia no tempo **159**
- 5.2 O plano da cidade e suas primeiras ocupações **161**
- 5.3 As casas da Shis **170**
- 5.4 Considerações sobre as transformações morfológicas de Ceilândia **174**
- 5.5 Ceilândia no âmbito de uma discussão patrimonial **181**

### Capítulo 6

## **Nexos e horizontes da pesquisa 187**

Cristina Patriota de Moura  
Elane Ribeiro Peixoto  
Maria Fernanda Derntl

## **Sobre as autoras e os autores 199**





# 5

## Capítulo 5

# Transformações morfológicas de Ceilândia

Elane Ribeiro Peixoto  
Alana Silva Waldvogel

O presente capítulo trata das transformações da cidade de Ceilândia ao longo de seus quase cinquenta anos. Para tal, torna-se importante introduzir algumas considerações sobre pesquisas no campo do urbanismo, cingidas pelo que se denominou *Morfologia Urbana*. As definições desse termo são variadas. Para as análises elaboradas no âmbito desta pesquisa, considera-se a observação de Panerai (2014) de que conhecer uma cidade não é uma tarefa simples, demandando dos interessados uma atenção constante no reconhecimento de suas diferenças formais na duração histórica, o que, muitas vezes, implica intervalos multisseculares. Identificar e registrar as transformações da forma urbana possibilita compreendê-la como um repositório de informações acerca da cidade e da ação de seus habitantes sobre ela. Assim,

é necessário considerar as dinâmicas econômicas, sociais e culturais que se inscrevem no espaço e que deixam na forma da cidade registros de visões de mundo.

Feita essa introdução explicativa sobre Morfologia Urbana, é preciso esclarecer algumas questões de método de análise; para isso, é indispensável que se registrem os pontos de partida das duas mais importantes escolas dessa área de estudo: a inglesa e a italiana. A escola inglesa origina-se dos estudos da Geografia Urbana, que, seguindo a tradição de seu fundador, M. R. G. Conzen (1907-2000), propõe a seguinte tripartição da cidade para fins de análise: o *plano urbano* (ruas, lotes, blocos de edifícios), os *usos dos edifícios* e os *tecidos urbanos*, constituídos por lotes e quarteirões semelhantes. Essa visão da cidade reverbera no levantamento e posterior mapeamento de seus dados e atributos, sendo o ponto de partida, nesse caso, o lote urbano.<sup>1</sup>

A escola italiana de Morfologia Urbana (MARETTO, 2013), cujo *chef de file* é o arquiteto Saverio Muratori (1910-1970), concebe a cidade como um organismo cuja célula é o edifício, ponto crucial na sua diferenciação em relação à escola inglesa. Em consequência de se tomar o edifício como ponto de partida para a leitura da forma urbana, os adeptos dessa escola classificam a cidade em dois conjuntos básicos de tecidos urbanos: o que compõe a maior parte deles, constituído pelas habitações, e aquele formado por edifícios mais complexos – a título de exemplo, as catedrais medievais, os castelos, as igrejas e os palácios barrocos, entre outros.

Ao se reportar às habitações, a análise tipo-morfológica da escola italiana procede leituras por sucessivas abrangências, variando do edifício ao quarteirão, das vias estruturantes da cidade às suas conexões regionais. Valoriza-se o conceito de *tipo arquitetônico*, entendido como uma estrutura constante, mais ou menos precisa, definida na longa duração histórica (ROSSI, 1995). Essa estrutura origina-se no

---

<sup>1</sup> Michel Robert Günter Conzen, geógrafo alemão, foi o responsável pelo início e pela sistematização dos estudos de Morfologia Urbana na Inglaterra. Seus estudos Alnwick tornaram-se referência para o que posteriormente se denominaria escola inglesa de Morfologia Urbana.

âmbito empírico, sendo transmitida como um saber fazer, uma forma específica de morar de determinada época e de um determinado local.

Ambas as escolas, tanto a inglesa quanto a italiana, não recorrem a uma análise da forma urbana apenas como geometria, mas a compreendem, com Rossi (1995), como um depósito de trabalho humano e memórias coletivas, sujeita a uma constante dinâmica de construção e destruição. Marcadas essas diferenças, acredita-se importante dedicar um pouco mais de espaço ao trabalho de Panerai (2014), que abordou Brasília em seus estudos de morfologia urbana.

Esse autor desenvolve suas reflexões em diálogo com a escola italiana, sendo seu tema de interesse as expansões urbanas, as forças que a induzem ou a limitam. Ao analisar as cidades, reconhece que seu crescimento pode ser *contínuo* e/ou *descontínuo*: o primeiro se dá pela expansão das áreas urbanas constituídas sem que haja intervalos entre as partes; no caso do segundo, o crescimento descontínuo, a ocupação do território é mais aberta, com intervalos entre as partes. Os elementos reguladores do crescimento urbano são aqueles que o conduzem – *polos e linhas*, ou os que o impedem – *barreiras e limites*.

As linhas de crescimento de uma cidade podem ser “naturais” ou construídas, considerando as linhas as preexistentes, tais como antigos caminhos e parcelamentos rurais; por sua vez, as construídas são aquelas projetadas. Panerai pondera que os estudos das linhas de expansão urbana não podem ser limitados aos traçados geométricos, mas devem ser considerados a partir das tensões que se instalam no território ao longo do tempo. As linhas de crescimento se associam criando redes de condução do crescimento das cidades.

O polo de crescimento é entendido como a aglomeração de onde se origina a cidade. Esse centro, muitas vezes, é coincidente com o centro histórico da cidade; porém, com a expansão, outros polos podem surgir. O polo, independentemente de sua origem, é um lugar singular, com camadas históricas, valor comercial e peso simbólico. Sua identificação pode ser via o traçado urbano, ou a presença de muitos monumentos, por exemplo. Reconhecer os polos de crescimento orientadores da dinâmica urbana não é tarefa simples, particularmente quando as cidades

se expandem e englobam outros polos independentes do núcleo antigo, em especial, quando a escala é metropolitana (PANERAI, 2014, p. 63). Polos e linhas de crescimento são atributos formais complementares na análise da expansão urbana. Explicitados os vetores que condicionam o crescimento urbano, vejamos, agora, os obstáculos que o impedem – as barreiras.

Elas podem ser geográficas (um rio, um relevo) ou construídas (uma ferrovia, uma autoestrada). As barreiras não são estáticas e ao longo do tempo podem ser transpostas, deixando marcas no tecido urbano. De que forma pode-se perceber essas marcas? A primeira dessas formas destacada pelo autor é a densidade do tecido urbano – denso e saturado na sua parte mais antiga, e mais rarefeito no tecido novo; em seguida, o traçado de vias e lotes, que podem apresentar rupturas e continuidades parciais, em geral, dadas pelas grandes vias; e, finalmente, as tipologias arquitetônicas entre os dois lados de uma barreira. Ressalta-se que os elementos ordenadores de um lado do tecido da barreira não são necessariamente os mesmos do outro lado, sendo indispensável estudar criteriosamente o sítio fora da barreira, incluindo estradas, caminhos, parcelamento rural, canais e valas de irrigação, edificações existentes, por exemplo. A expansão da cidade, ultrapassando uma barreira, pode assumir diferentes situações. A título de exemplo, ter-se-iam:

- 1) Destruição da barreira, com a parte nova organizando-se autonomamente.
- 2) Modificações pontuais na barreira, sendo a continuidade dos dois lados dela dada apenas por determinados elementos.
- 3) Transformação da barreira no todo, sendo ela um elemento que marca a diferenciação entre os dois lados, mas estabelece entre eles relações.
- 4) Transposição e transformação da barreira, com a afirmação da expansão e sua relação com o polo ou centro antigo ou organização de novos polos e bairros.
- 5) Transposições da barreira, com a nova expansão repercutindo no velho centro mediante a abertura de vias de modernizações.

- 6) Expansão fora da barreira, vinculada ao polo ou ao centro urbano por meio de *parkways*, cinturões verdes, entre outros elementos urbanos.

A variação nesses arranjos dependerá sempre dos casos estudados. Linhas e polos de crescimento das cidades ou barreiras a impedi-lo constituem recursos para o entendimento e leitura do espaço urbano. Completa esse conjunto de conceitos o de tecido urbano, que abrange o reconhecimento da rede de vias, os parcelamentos fundiários e as edificações, sempre equacionados enquanto partes de um todo. Vias, parcelamentos e edificações possibilitam o entendimento da cidade em sua tridimensionalidade.

É preciso lembrar que o autor em questão trata de cidades europeias, cuja origens em geral são espontâneas e multisseculares. Como então pensar os estudos da forma urbana em cidade planejada, segundo o urbanismo modernista e conforme os preceitos da Carta de Atenas (LE CORBUSIER, 1993) interpretados na construção do Plano Piloto de Brasília e replicados em suas cidades satélites?

No caso particular de Ceilândia, cuja breve história se apresenta a seguir, buscou-se acompanhar o ritmo de saturação da cidade – de seu grau zero aos dias atuais. Como urbe planejada, a unidade de partida para o estudo das transformações urbanas é o lote, pois a cidade proposta pela CEI (Companhia de Erradicação de Invasões) iniciou-se pela demarcação das unidades de vizinhança, dos lotes e ruas. Entre as primeiras construções erigidas estavam as escolas públicas, o centro de arranjo das comunidades. Todavia, o entendimento da cidade, considerando as relações entre a propriedade privada dos lotes e o espaço público, as vias e suas hierarquias, os blocos construídos, o tecido urbano e sua variação, não pareceu suficiente para visualizar a complexidade e a rapidez com que Ceilândia, com menos de 50 anos, modificou sua estrutura, com o aparecimento de outros bairros (chamados setores) e a ocupação dos lotes, alterando densidade, usos e estrutura fundiária. Assim, decidiu-se por incluir o estudo das moradias, de forma a propiciar um entendimento mais fino do espaço urbano. Por essa razão, iniciou-se

a análise das tipologias arquitetônicas, ainda em curso de conclusão, porém com o potencial de indicar caminhos necessários para o entendimento das dinâmicas urbanas próprias à Ceilândia e seus arranjos de vida, construídos a partir da saturação temporal desde sua inauguração.

Ao conduzir as análises a partir dos levantamentos, cujos dados foram traduzidos em mapas, podem-se ver, com variações de escala, as alterações da cidade de forma minuciosa. Metodologicamente, a construção dos mapas implicou o conhecimento da história de Ceilândia, erigida em área da antiga fazenda Guariroba, suas primeiras residências provisórias, a substituição destas por moradias segundo o padrão oferecido pela Sociedade de Habitação de Interesse Social (Shis), a nova substituição dessas últimas por diferentes ocupações dos lotes e tipologias arquitetônicas, além da expansão urbana, com a construção de novos setores ao longo de cinco décadas.

Dessa forma, sobre as bases cartográficas disponibilizadas pela Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação (Segeth) do Distrito Federal, foi possível, a partir das imagens e projeções do Google Earth, atualizar as informações nelas contidas, possibilitando a verificação da ocupação dos lotes, propostos para habitações unifamiliares, constatando-se, em muitos deles, a existência de mais de uma edificação. Para a viabilidade da pesquisa, concentrou-se a análise em duas quadras do Setor Guariroba, que compõem a unidade de Vizinhança do Centro de Ensino Fundamental 19. As atualizações cartográficas foram cotejadas ao levantamento feito junto à Companhia Energética de Brasília (CEB), concluindo-se pela existência, em muitos casos, de mais de uma moradia em um único lote. Por meio dessas informações, chegou-se à média de ocupação por terreno de 3,5 famílias nas Quadras Norte M (QNM) 17 e 18.

Para melhor entender a dinâmica de ocupação desses lotes, concorrem os relatos dos estudantes contidos em exercícios de sala de aula, nos quais lhes foi solicitado descrever e desenhar suas moradias. Seus desenhos e depoimentos são anônimos.

E como o presente estudo se articula ao escopo deste livro, em que o elo de ligação são discussões sobre o patrimônio cultural? Reflexões sobre esse ponto serão retomadas na conclusão do que a seguir se apresenta.

## 5.1 Ceilândia no tempo

*Depois de muitos anos  
Que moramos nesse lugar  
Começaram com uns planos  
Da gente de lá mudar  
O povo prá sair dessa  
Empolgou com a promessa  
Da invasão se mudar  
Inventaram um paraíso  
E o povo com um sorriso  
Começou a trabalhar  
(GUIDI, 2013, p. 51).*

Com o final das obras e a inauguração de Brasília, as expectativas da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap) eram de que um terço do imenso contingente de trabalhadores retornaria às suas cidades de origem, outro terço se dedicaria às atividades agrícolas previstas para o “cinturão verde” que envolvia a cidade e somente um terço permaneceria na capital (HOLSTON, 2010). Entretanto, a grande maioria desse contingente permaneceu instalada em assentamentos irregulares próximos às áreas centrais da cidade. Entre eles, encontravam-se a Vila do Iapi, Morros do Urubu e do Querosene, Bernardo Sayão, Curral das Éguas e Placa da Mercedes, com população estimada em oitenta mil pessoas, exigindo rápida solução por parte do poder público.

Em 1970, durante o governo de Hélio Prates da Silveira, foi criada a Campanha de Erradicação de Invasões (CEI), cujo objetivo era o de “resolver” a questão do déficit habitacional crescente na jovem capital. Para isso, a CEI investiu na remoção da população dos assentamentos

informais, realocando-a em áreas distantes do Plano Piloto. O jingle da CEI, “A Cidade é uma só”, utilizado por Adirley Queirós como título de seu longa-metragem (2011) sobre Ceilândia, buscava sensibilizar não só a população residente nas ocupações, mas angariar o apoio da sociedade de maneira geral. As senhoras que integravam a CEI organizavam bazares beneficentes, entre outras ações sociais, a fim de arrecadar fundos para “[...] empreender um programa de ajuda alimentar, fornecendo sopa, leite, água” (DISTRITO FEDERAL, 1973) à população até ser concluída a instalação das famílias em seu novo destino.

A remoção das populações aconteceu no período compreendido entre 27 de março de 1971 e 8 de março de 1972, quando se demoliram as moradias das áreas ocupadas. As pessoas foram, então, acomodadas com seus pertences em caminhões e levadas até a nova cidade, “[...] ainda inóspita, sem sombra, sem água, sem luz, cheia de cobras e mesmo lobos.” (Guidi, 2013, p. 12).

Um conjunto considerável de depoimentos de moradores pioneiros de Ceilândia, disponíveis no Arquivo Público, testemunha as agruras dos tempos iniciais da cidade, com suas carências:

Eu estudava em Taguatinga à noite (72/74). Sem iluminação. A cidade estava tão escura que a gente topava em tocos e caía em buraco. A lua era nossa iluminação, quando aparecia. Como o ponto final dos ônibus da Alvorada era na outra esquina da rua, os motoristas deixavam os faróis acesos até eu chegar em casa. Os outros moradores nem se arriscavam a sair de casa, a não ser por necessidade, como ir pro hospital, escola e trabalho. A gente vivia reclamando, e muito tempo depois que a iluminação chegou. (TAVARES, 1981, p. 27).

É, e nós fomos jogados realmente, era jogado no lote, no mato mesmo, você é que tinha que fazer tudo. Dava o lote, aí você tinha que derrubar o mato, limpar tudo e fazer uma barraca improvisada para poder construir o barraco de madeira para você passar para dentro, nós ficamos desse jeito aqui. [...] Olha, não me lembro assim precisamente, eu não lembro, olha, mais foi mais de ano sem água e sem luz, mais de ano, tenho certeza. (MANEIRO, 2001, p. 10).



Houve aviso que ninguém ficasse assustado, que a área era definitiva. Prometiam água, luz e esgoto. Quando cheguei aqui o beneficiamento era só os marcos de torquinhos marcando 25 x 10 metros. (GUIDI, 2013, p. 44).

Quando chegamos em Ceilândia foi um martírio, pois enfrentamos todo tipo de dificuldades, desde o barulho dos martelos até o choro constante do capim queimando para nos manter iluminados. (GUIDI, 2013, p. 48).

Esses depoimentos contrastam com os registros do governo do Distrito Federal e ilustram as resistências, matéria prima com as quais os ceilandeses construíram e sustentam sua identidade, como comentado no primeiro capítulo deste livro. A título de ilustração dos embates de narrativas, destaca-se um trecho do discurso triunfante do Governo do Distrito Federal:

[...] o Governo do Distrito Federal, através da Secretaria de Serviços Sociais e com a colaboração da Campanha de Erradicação das Invasões, conseguiu extinguir aquele aglomerado humano, transportando os seus habitantes para um local urbanizado, situado a noroeste de Taguatinga. Surgiu a Ceilândia, solução social pioneira na América do Sul. Aqui, o homem chegou para viver como gente, recebeu o seu lote, construiu um barraco provisório e hoje, com o financiamento da Shis e do Banco Nacional de Habitação, está construindo sua casa de alvenaria sob a orientação do Escritório da Casa Própria, mantido pela Secretaria de Serviços Sociais. As obras de infraestrutura vêm sendo cuidadas pelo governo, que não poupa esforços para dotar aquele núcleo dos meios necessários à sua sobrevivência [...].<sup>2</sup>

## 5.2 O plano da cidade e suas primeiras ocupações

O projeto inicial de Ceilândia é de autoria do arquiteto Ney Gabriel, funcionário da Novacap. Segundo seu depoimento, a atribuição lhe foi

<sup>2</sup> Comercial de TV veiculado pelo governo militar à época da fundação da cidade de Ceilândia. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SGh84AN6Fsc&t=1s>. Acesso em: 25 ago. 2016.

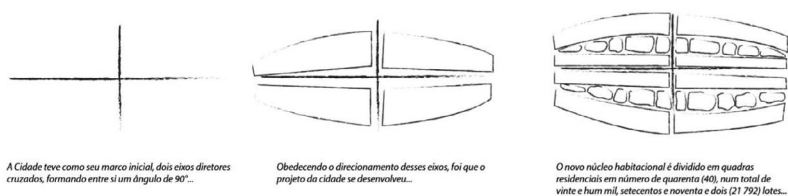
dada com a exigência de celeridade para responder à nova cidade-satélite da capital federal. Gabriel descreveu a criação de Ceilândia, cujo propósito era abrigar o maior número de pessoas a partir de um lote mínimo, exigência da administração da época:

A concepção se baseou na concentração, não podia se fazer muito espaço verde, muita coisa [...] Aí vem aquela ... influência de Brasília, a cruz [...] não dá muito tempo de pensar muito, ficar imaginando, fazendo croquizado e isso e aquilo [...] A gente se baseou muito no Rigotti, já ouviu falar? O Tratado de Urbanismo, a gente tinha isso como uma Bíblia na nossa repartição. Aí tem aquelas coisas: distância de uma escola [...] não sei se tudo é válido hoje, acredito que seja e então a gente pensou sempre em uma asa, né? Dois eixos que é essa pista aqui né? A principal ligação [Av. Hélio Prates], essa aqui a gente praticamente não tinha [Av. Elmo Serejo, ao sul de Ceilândia], expandiu pra cá depois, com o Estádio [Elmo Serejo], uma série de coisas. A intenção foi ligar realmente. [...] Essa aqui [Av. Hélio Prates] terminava no cemitério. [...] A minha participação na Ceilândia foi exatamente fazer o projeto, eu não participei [...] dessa parte posterior que veio a ocupação, tive lá muitas vezes durante o fluxo (das pessoas) [...] de caminhão, barraco, desmanchando barraco e cada um ocupando seu espaço e se virando, né?<sup>3</sup>

Portanto, as referências do arquiteto, com formação pela Universidade de Brasília, assentavam-se nos ensinamentos de Giorgio Rigotti, professor da na Escola Técnica de Turim, e nos de Lucio Costa. Em relação ao urbanista italiano, cabem alguns comentários sobre os livros aos quais os profissionais contemporâneos a Gabriel recorriam. Eram dois volumes com os títulos *Urbanística: La composizione* e *Urbanística: La técnica*, ambos da década de 1950. Por “*composizione*” entendia-se

[...] o trabalho principalmente de síntese que, referido a um problema particular do plano regulador de um território, na cidade ou em uma parte da mesma, prepara as soluções, define seus limites, os coloca em equilíbrio e materializa com gráficos e diagramas a ideia criadora. Assim, a composição é a parte abstrata e o plano regulador seu fruto concreto.<sup>4</sup> (RIGOTTI, 1955, p. 543, tradução nossa).

**Figura 1:** Traçado urbano de Ceilândia



Fonte: Elaborado por Alana Waldvogel a partir do documento Ceilândia (1973), p. 26, disponível no Arquivo Público do Distrito Federal.

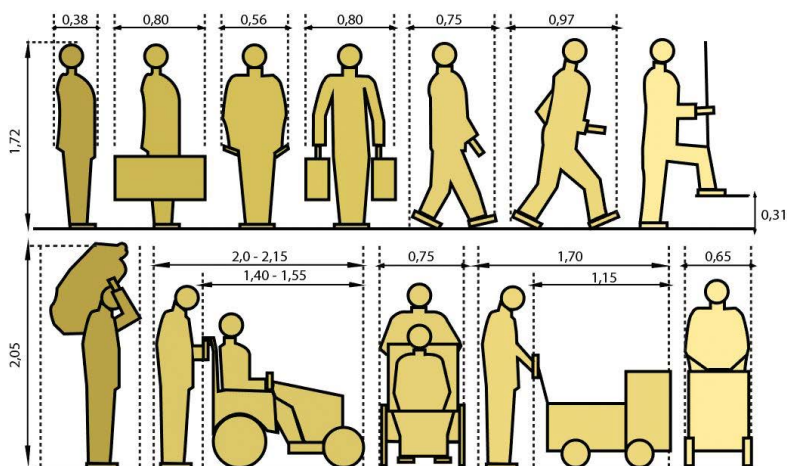
A composição implica todo o trabalho analítico que precede o desenho, ou o plano regulador, o que, pelo depoimento de Ney Gabriel, parece não ter tido a atenção necessária, pois tudo devia ser resolvido com urgência. O segundo livro de Rigotti, dedicado à técnica, é o mais importante para o entendimento da forma de Ceilândia. Nesse volume, Rigotti discorre sobre as superfícies da cidade, consideradas e categorizadas por: superfícies destinadas à comunicação, superfícies dedicadas às construções e superfícies destinadas às zonas verdes. Para cada uma delas, apresenta os elementos pertinentes em uma lista extensa, classificando-as por usos e funções, com as respectivas recomendações de dimensões.

O estudo reservado às vias é luminar do conteúdo do livro. Partindo de um módulo de circulação básico, denominado Faixa Elementar, supõe

<sup>4</sup> “El trabajo principalmente de síntesis que, referido a un problema particular del plan regulador de un territorio, en la ciudad o de una parte de la misma, prepara las soluciones, define sus términos, los pone en equilibrio y materializa con gráficos y diagramas la idea creadora. Así, pues, la composición es el término abstracto, y el plan regulador, su fruto Substituir texto realçado por: concreto.” (RIGOTTI, 1955, p. 543).

várias situações de uso, quer para pedestres, quer para veículos – a tração animal, bicicletas e automóveis, inferindo, a partir delas, dimensões aconselháveis. Incluem-se nesse rol de superfícies percorráveis as pontes, os túneis, os trevos, entre outros. O tratado de urbanística de Rigotti (1955) associa-se sem dificuldades ao livro de Ernest Neufert, de 1936, em que estudos antropométricos e ergométricos definem padrões de espaços mínimos. Portanto, Gabriel certamente tomou para o desenho de Ceilândia os padrões encontrados nos volumes de Rigotti, o que se confirma pela referência feita no seu depoimento.

**Figura 2:** Padrão de medidas



Fonte: Desenho de Alana Waldvogel a partir dos levantamentos apresentados no livro Urbanismo: La Técnica, de Giorgio Rigotti (1955).

Ressalta-se a relação que se estabelece entre a distância indicada entre casa e escola. Baseando-se em análise de cidades europeias, Rigotti relaciona densidade populacional com a implantação dessas instituições. Antes, porém, apresenta o que é próprio do sistema educacional italiano na década de 50 do século passado. No livro, lê-se:

A título de uma primeira aproximação, a regulamentação italiana indicava uma população escolar equivalente

a 15% de habitantes; mas na prática a diminui, para as cidades de mais de 100.000 habitantes, a uma média de 10% (Ferrara, 12%; Bari, 11,4%; Milão, 7,6%; Turim, 6,3%). Em consequência, uma escola de 1.000 alunos será suficiente para uma média de 10.000 a 15.000 habitantes e, para uma densidade média de 300 habitante por hectare, para uma zona de 30 a 50 hectares, que corresponde a um raio de abrangência de 300 a 400 metros, variável de acordo com a proporção da população escolar e a densidade urbana.<sup>5</sup> (RIGOTTI, 1955, p. 543, tradução nossa.)

O débito ao Plano Piloto de Lucio Costa é legível no desenho da cidade: dois eixos que se cruzam em ângulo reto. O eixo Leste-Oeste é a principal via de acesso da cidade, a Avenida Hélio Prates, que conecta Ceilândia a Taguatinga. O eixo norte-sul é transversal à Hélio Prates, paralelo a ela, e outras sete vias locais arqueadas atribuem à cidade a conhecida forma de barril, originalmente dividida em Ceilândia Norte, Sul, Centro e Guariroba. Em seu plano urbanístico, a cidade contava com quarenta quadras residenciais que constituíam unidades de vizinhança, incluindo a previsão de equipamentos de uso comum, como escolas, quadras esportivas, comércio e praças. Dessa forma, a unidade espacial de Ceilândia, seu módulo, era, à semelhança do Plano Piloto, a Unidade de Vizinhança (UV).

A figura 3 ilustra um exemplo de unidade de vizinhança situada no setor denominado Guariroba (1977). Essa UV é constituída pelas quadras QNN 18, a noroeste, e QNN 20, a sudeste. Entre elas, estão a área destinada aos equipamentos comuns, uma escola, uma igreja, uma

<sup>5</sup> “A título de primera aproximación, el reglamento italiano indicaba una población escolar equivalente al 15% de los habitantes; pero en la práctica descende, para ciudades de más de 100.000 vecinos a un promedio de 10% (Ferrara, 12%; Bari, 11,4%; Milán, 7,6%; Turín, 6,3%). En consecuencia, una escuela de 1.000 alumnos bastará para 10.000 a 15.000 habitantes por término medio y, a base de una densidad media de 300 habitantes por hectárea, para una zona de 30 a 50 hectáreas, que corresponde a un círculo de 300-400m de radio, variable según la proporción de la población escolar y la densidad urbana”. (RIGOTTI, 1955, p. 543).

drogaria, além de outros prédios institucionais. Também está destacado na figura o raio de abrangência do CEF 19.

**Figura 3:** QNN 18 e QNN 20, Ceilândia



Fonte: Mapa-base da Secretaria de Gestão do Território e Habitação (Segeth), com alterações de Alana Waldvogel.

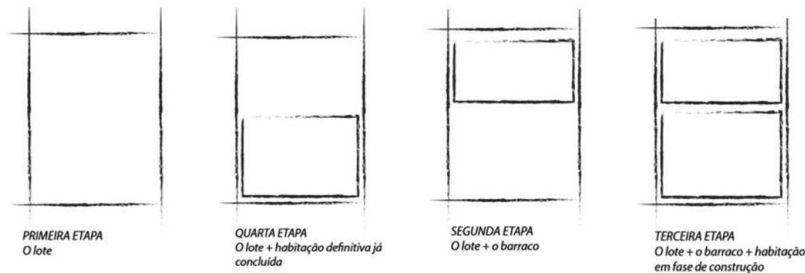
Os lotes das primeiras quadras de Ceilândia possuíam a mesma medida, 10 x 25 metros, ou seja, 250 m<sup>2</sup>; eram de uso exclusivamente residencial e comportavam uma única habitação. A ocupação do plano urbano, segundo previa a Novacap e a CEI, se daria em três momentos. A princípio, o morador receberia seu lote, perdendo assim a “[...] qualidade de indivíduo transitório de um local, passando a possuidor de determinado chão.” (DISTRITO FEDERAL, 1973, p. 54). Durante a retirada das famílias, elas eram aconselhadas a reutilizar os materiais de suas casas nas novas moradias. Eram materiais precários, em geral, madeira e telhas, a serem reaproveitados em abrigos construídos no fundo dos lotes. O segundo momento de implantação de Ceilândia referia-se ao recebimento da documentação de propriedade dos terrenos, possibilitando o financiamento de casas definitivas via recursos do Banco Nacional da Habitação (BNH) ou do autofinanciamento. Neste último caso, a CEI facilitava e providenciava descontos para a compra de materiais de construção e para a documentação em cartório, além de fornecer gratuitamente projetos de habitação por meio do Escritório da Casa Própria (Ecap), responsável pelo assessoramento aos moradores.

A primeira etapa de implantação da cidade caracteriza-se, assim, por sucessivos estados de precariedade, quer da própria infraestrutura da cidade, quer das moradias.

Quando chegamos, os lotes estavam demarcados com estacas nos quatro cantos. De enxada na mão, começamos a erguer nossas casas. O material era pouco, pois quando os barracos eram desmontados, grande parte da madeira se estragava, as telhas quebravam-se em grande número. Alguns improvisavam umas paredes e um teto coberto até com papelão. Foram dias terríveis aqueles. Até fome a gente passou. O serviço público trazia uma sopa, rala, e esse era o único alimento que comíamos. Às vezes, nem dava pra todo mundo. (AMMANN, 1987, p. 26).

Segundo estudos da época (DISTRITO FEDERAL, 1973), divulgados pelo Governo do Distrito Federal (1973), a opção de financiamento com recursos próprios foi a mais procurada, uma vez que grande parte dos novos moradores de Ceilândia não possuíam empregos fixos, dificultando a comprovação de renda e a subsequente aprovação de um financiamento pelo BNH. Muitos dos moradores, acostumados a trabalhar em construções, ergueram suas próprias residências, às vezes com ajuda de vizinhos ou parentes. Após a construção da residência definitiva, a etapa seguinte seria a demolição das edículas no fundo do lote.

**Figura 4:** Etapas de ocupação dos lotes



Fonte: Documento Ceilândia, 1973, p. 53, disponível no Arquivo Público do Distrito Federal, com adaptações Alana Waldvogel.

A quarta etapa, que determinava como “obrigatória a retirada do barraco”, em muitos casos não se concretizou, pois ainda hoje os “baracos” encontram-se presentes, a sinalizar o começo da cidade.

Ceilândia conta ao todo com 11 setores, sendo o primeiro deles conhecido como “Ceilândia Tradicional”, o maior em extensão. Nele, todos os lotes possuem as mesmas dimensões referidas anteriormente: 10 x 25 metros. Nessa época, as residências propostas para a cidade contavam com aproximadamente 60 m<sup>2</sup>, o equivalente a 24% de taxa de ocupação dos lotes. Em contrapartida, a atual Lei de Uso e Ocupação do Solo prevê, para a maior parte das áreas de uso residencial obrigatório, uma taxa de ocupação variável entre 80% e 100%, configurando uma densidade edilícia distante daquela da década de 1970.

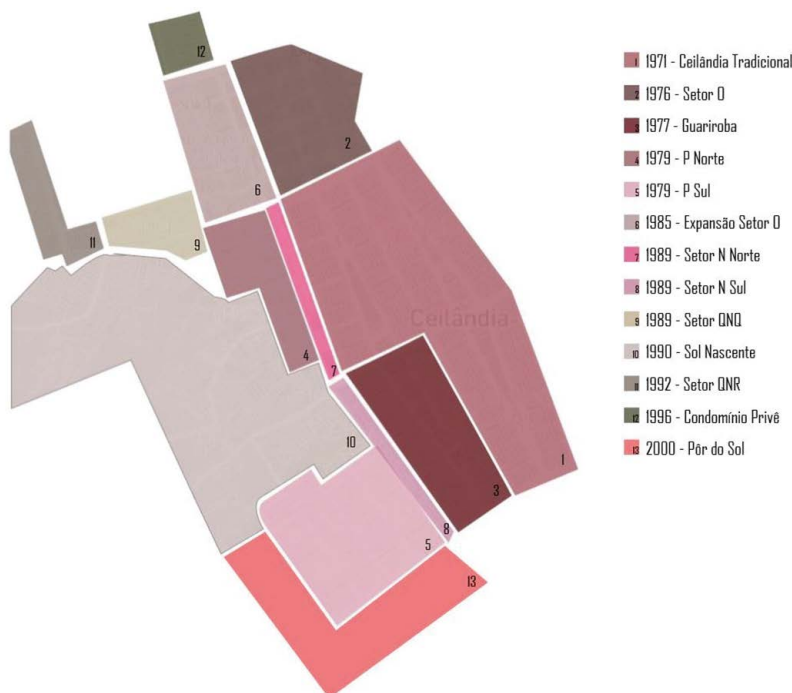
Passados quase 50 anos de sua criação, Ceilândia expandiu-se, ganhou status de Região Administrativa independente de Taguatinga (1989) e teve novas quadras incorporadas à sua área inicial. A aparente facilitação da conquista da casa própria atraiu mais migrantes, vindos principalmente do nordeste do país<sup>6</sup>. Esse crescimento levou o governo a criar outros setores. Em 1976, surgiu o Setor QNO e, em 1977, o Núcleo Guariroba, situado em Ceilândia Sul. Surgiram depois os Setores P Norte e P Sul (1979). Em 1985, foi expandido o Setor O e, em 1988, ocorreu o acréscimo do Setor N. Em 1989, surgiu o Setor P Sul e, em 1992, o Setor QNR. A área inicial de Ceilândia era de 20 quilômetros quadrados, pertencente à Região Administrativa de Taguatinga – RA III. Atualmente, ultrapassa os 29 quilômetros quadrados.

---

<sup>6</sup> Ceilândia é considerada a segunda maior cidade nordestina fora da Região Nordeste (a primeira seria São Paulo). Cerca de 70% da população têm origem nordestina. Fonte: ceilandia.com. Acesso em: 29 jul. 2019.



**Figura 5:** Setores e respectivas datas de criação



Fonte: Elaborado por Alana Waldvogel.

O Setor Sol Nascente começou a ser ocupado nos anos 1990, inicialmente com cerca de 80 moradias. A área continua a crescer e, segundo o censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), era a segunda maior ocupação informal do país, atrás apenas da Rocinha, no Rio de Janeiro (IBGE, 2010). Nas últimas ações do governo em benefício dos moradores, em julho de 2018 e agosto de 2019, foram entregues pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (Codhab) 344 escrituras, totalizando 63.040 lotes regularizados, sendo que os Setores Sol Nascente e Pôr do Sol tornaram-se a 32ª Região Administrativa do Distrito Federal. O Sol Nascente tem um projeto urbanístico dividido em três trechos, que juntos somam 940 hectares, e o Pôr do Sol, com cerca de 12 mil moradores, foi o primeiro a ser regularizado, segundo a nova lei de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social (Reurb-S), criada em 2017. A Secretaria

de Gestão do Território e Habitação (Segeth) afirmou que, depois da entrega das escrituras, mil lotes serão destinados à instalação de equipamentos públicos, como escolas, postos de saúde, creches e delegacia.<sup>7</sup> Portanto, no caso desses dois últimos bairros, o poder público só interveio quando a ocupação estava consolidada, confirmando a disjunção entre o planejamento territorial do Distrito Federal e a sua realidade.

### 5.3 As casas da Shis

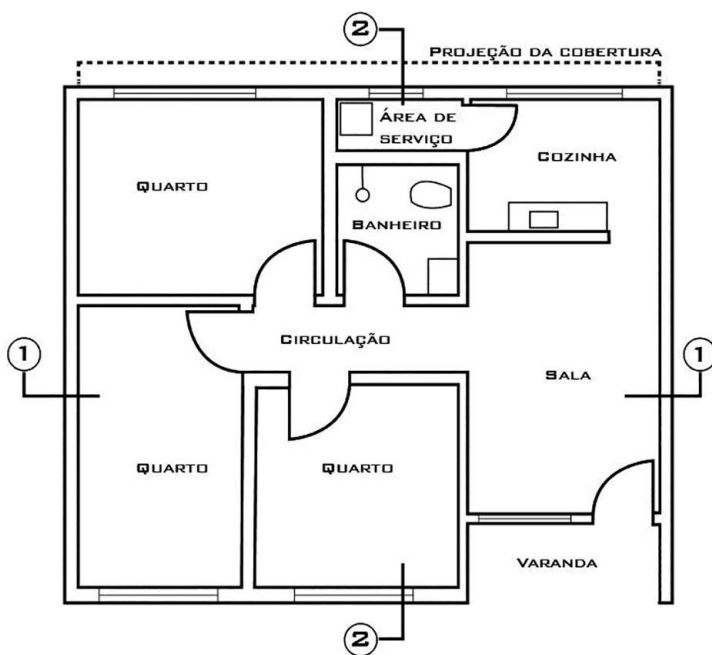
A Sociedade de Habitação de Interesse Social Ltda. (Shis) foi criada no ano de 1964. A ela antecedeu-se a Sociedade de Habitações Econômicas de Interesse Social (Sheb), de 1962, que tinha por intuito resolver a questão do déficit habitacional, iniciado mesmo antes da inauguração de Brasília. A Shis era responsável pela construção de casas populares nas cidades do entorno do Plano Piloto, sob financiamento do BNH, e atuava como as Companhias Estaduais e Municipais de Habitação (Cohabs). Extinta pela Lei nº 804, de 8 de dezembro de 1994, essa sociedade deixou suas marcas nas cidades-satélites de Brasília, com seus conjuntos habitacionais de casas iguais e monótonas, à semelhança de milhares presentes nas periferias das cidades brasileiras.

A Shis atuou em Taguatinga, Núcleo Bandeirante, Gama, Samambaia, Sobradinho, Ceilândia e Guará. Nessa última cidade, chegou a construir mais de 3 mil casas, no período entre outubro de 1967 e agosto de 1968. Em Ceilândia, ficaram a cargo da Shis 1.300 lotes para a construção de dois conjuntos habitacionais, sob o financiamento do BNH. Nessa cidade, a Shis também ficou responsável pela construção de três conjuntos comerciais. Além dos referidos projetos habitacionais/comerciais, a Shis recebeu a incumbência de representar o Governo do Distrito Federal nas audiências de regularização dos lotes de Ceilândia.

<sup>7</sup> Entrevista concedida ao site G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/03/sete-anos-apos-ser-criado-por-do-sol-aguarda-regularizacao-e-infraestrutura.html>. Acesso em: 16 jul. 2019.

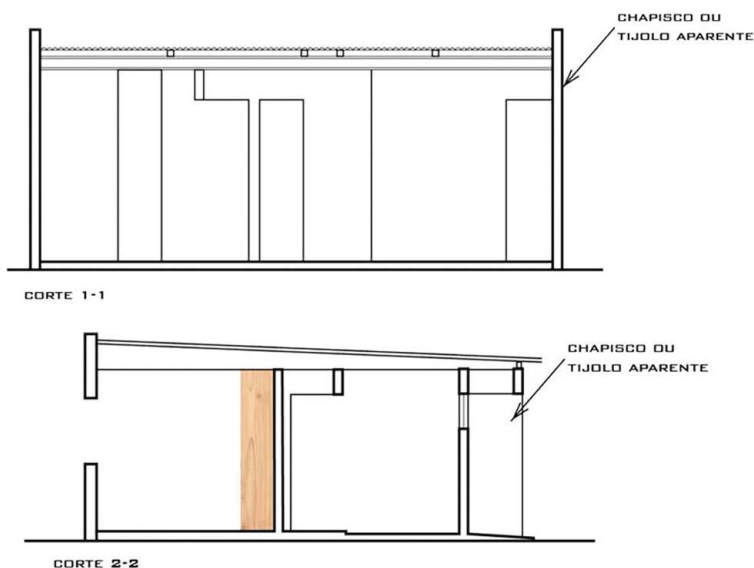
A exemplo do que ainda acontece, a padronização e a reprodução em larga escala de habitações de baixo custo desconsideram qualquer questão de adequação às demandas das famílias e às condições específicas dos locais de implantação. O programa de necessidades dessas moradias contava em geral com dois quartos, sala, cozinha e banheiro. As casas, com telhados em uma ou duas águas, implantavam-se com afastamentos laterais dos lotes ou eram geminadas. Foram colocados à disposição do interessado alguns tipos residenciais, com até quatro quartos, a depender da faixa de renda.

**Figura 6:** Planta de exemplar da Shis



Fonte: Administração Regional de Ceilândia.

**Figura 7:** Cortes de exemplar da Shis



Fonte: Administração Regional de Ceilândia.

Nos anos de existência de Ceilândia, a população fixada alterou consideravelmente sua paisagem. O tecido urbano e a expansão da cidade, nas condições atuais, pouco remetem à cidade em seus primeiros tempos. No que concerne às moradias, o padrão tipológico foi objeto de ampliações, demolições e substituições: há caso de ampliações, nas quais estão presentes as indefectíveis garagens de automóvel; há residências em três ou quatro pavimentos, ocupadas por membros de uma mesma família estendida; há, ainda, casas de aluguel em um mesmo terreno. Pequenos serviços acoplam-se às casas: salões de beleza, reparos de roupas, entre outros, assinalam alternativas oriundas de práticas da população em resposta às suas demandas.

O tecido urbano de Ceilândia pode ser entendido como uma fabricação, nos termos de Michel de Certeau (1998). A fabricação é o reverso do consumo passivo dos dispositivos de controle impostos pelas instituições dominantes. São produções que, no interior desses dispositivos, os transformam e corroem, tornando-os outra coisa. A fabricação

é uma produção poética que solapa os sistemas totalitários de produção das cidades. Os meios empregados nas fabricações – os modos de fazer – são as táticas, as astúcias que transformam a tecnologia disciplinar; são formas sub-reptícias de criatividade dispersa de que os grupos ou indivíduos lançam mão, escapando em parte à disciplina e ao controle (CERTEAU, 1998, p. 39).

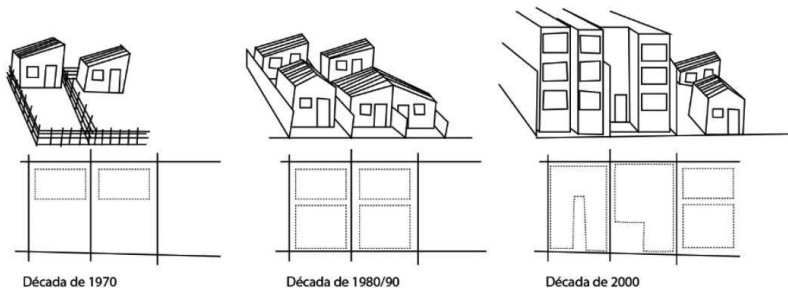
**Figura 8:** Fachadas das residências



Fotos: Alana Waldvogel

Dessa forma, a cada expansão de Ceilândia, seus moradores deram a própria contrapartida aos modelos de cidade racionalizados e normatizados, instituindo suas formas de morar que, assemelhadas, distinguem-se nos detalhes: ora com cores vivas nas fachadas, ora com a presença das grades e portões, variando texturas e ornamentos, com raros e modestos jardins ou mesmo a expressão da crença de um morador por meio de altar disposto na entrada da casa (BARROS, 2016). Muros, portões e grades são as fronteiras entre o espaço da rua e da casa, entre as práticas espaciais da vida privada e da vida pública.

**Figura 9:** Diferentes formas de ocupação



Fonte: Desenhos de Alana Waldvogel.

## 5.4 Considerações sobre as transformações morfológicas de Ceilândia

O trecho a seguir encontra-se no documento *Ceilândia*, elaborado pelo Governo do Distrito Federal no ano de 1973:

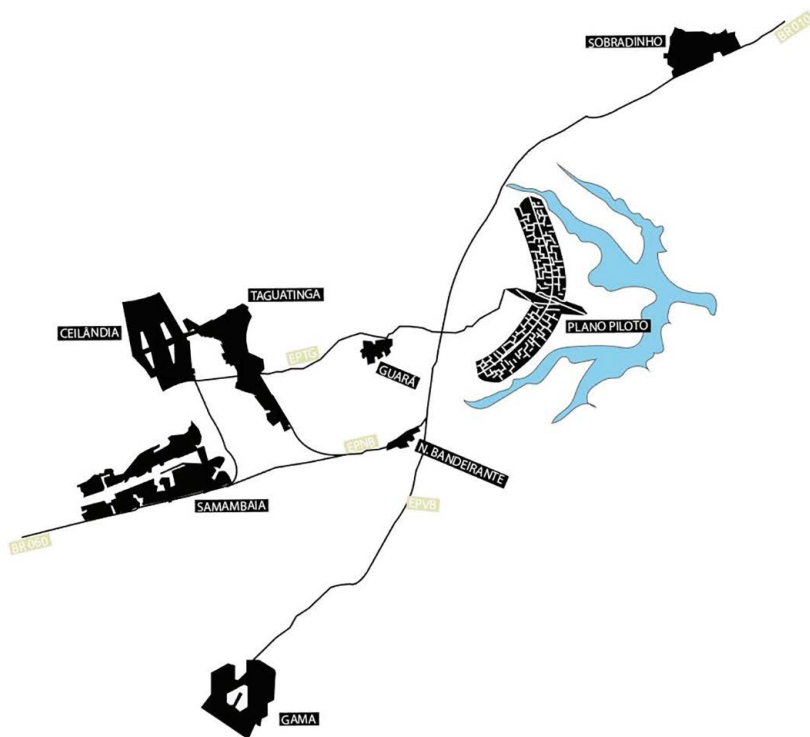
A Ceilândia está situada a oeste do Distrito Federal, numa altitude máxima de mil duzentos e setenta e cinco metros (1 275 m), entre o paralelo 15° 49' e meridiano 48° 7', ocupando uma área total de 13 Km.

Tal área era anteriormente destinada ao setor de comunicações, pertencente aos Ministérios do Exército, Aeronáutica e Comunicações, que cederam partes que lhes eram de direito, a fim de que ali fôsse implantada a nova cidade.

Além: desse lado econômico (áreas desapropriadas), outros: fatores justificaram ainda mais a escolha daquela área:

- topografia acessível para a implantação de infraestrutura
- zona favorecida pelo abastecimento d'água;
- área localizada fora da faixa de segurança sanitária;
- proximidade de Taguatinga, cidade capaz de oferecer:
  - mercado da trabalho
  - assistência hospitalar
  - transporte
  - vias de acesso
- proximidade dos principais núcleos rurais que abastecem Brasília com produtos hortigranjeiros. (DISTRITO FEDERAL, 1973, p. 24).

**Figura 10:** Ceilândia e outras regiões

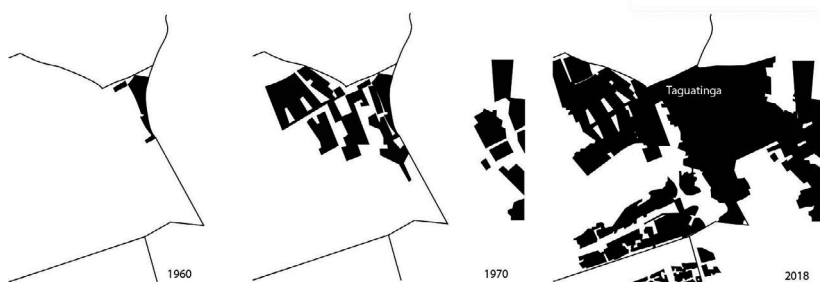


Fonte: Documento Ceilândia, 1973. Alterações por Alana Waldvogel.

Conforme apontado pelo documento, a cidade de Taguatinga foi um polo decisivo na localização da nova cidade, Ceilândia. A localização da cidade era facilitada por sua própria condição jurídica, pois a construção da nova capital demandou desapropriações, estando a área da antiga fazenda Guariroba, sobre a qual se erigiu Ceilândia, sob o domínio do governo.

Destaca-se que a cidade-satélite de Taguatinga data de 1958; portanto, embora ainda muito recente, ela cumpria o papel de atrair novos assentamentos e, por isso, atuou como um ímã para a instalação de novas cidades-satélites, definindo a maior mancha urbanizada do Distrito Federal.

**Figura 11:** Crescimento de Ceilândia



Fonte: Bases cartográficas da Secretaria de Gestão do Território e Habitação (Segeth), com intervenção Alana Waldvogel.

Pescatori (2015), ao discutir Brasília pelo viés da concentração e da dispersão urbanas, retoma a historicidade da expansão inerente à lógica das cidades-jardins: o controle do limite urbano se dá por meio de núcleos relativamente autônomos, circunscritos à cidade dominante. No caso de Brasília, pondera a autora, houve inversão dessa lógica, pois mesmo antes da saturação populacional do núcleo principal, a ocupação dispersa do Distrito Federal estava em curso, com a instalação da Cidade Livre (Núcleo Bandeirante), o surgimento dos acampamentos e a criação de Taguatinga e do Gama (1960).

De modo semelhante à atração exercida por Taguatinga, Ceilândia, por sua vez, também exerceu atração, colaborando para criação de outras cidades-satélites e afirmando a região sudoeste como uma das mais potentes para a expansão urbana do Distrito Federal.

Colabora para o fortalecimento da ocupação dessa região a presença de uma rede de rodovias que se desenhavam no território do DF. No caso específico de Ceilândia, tem-se a Estrada Parque Taguatinga (EPTG), em conexão com a Estrada Parque Indústria Gráfica (EPIA), a Estrada Parque Ceilândia (EPCL) e a Estrada Parque Núcleo Bandeirante (EPNB). A essa rede, soma-se a BR 060, que conecta Brasília ao eixo Anápolis-Goiânia e à BR 153, ligação do Centro-Oeste ao Sudeste e ao Norte. Portanto, a capilaridade dessa região e suas conexões em várias escalas geográficas podem ser consideradas um fator indutor de seu



adensamento por meio da criação de cidades-satélites e por ocupação espontânea. Assim, tem-se a criação de Samambaia, em 1989. Entre Samambaia e Gama, surgiram: Recanto das Emas (1993), Riacho Fundo 1 (1990) e Riacho Fundo 2 (1994).

Se, antes, havia entre as cidades-satélites interstícios espaciais vazios, ao longo dos anos vêm-se realizando conurbações, resultando em um desequilíbrio de densidades entre o Plano Piloto e suas satélites. Ceilândia concentra a maior população do DF e continua a definir-se como polo atrator para novas urbanizações, a exemplo dos dois setores já mencionados, Sol Nascente e Pôr do Sol, e que ora compõem outra Região Administrativa. Ao contrário da conurbação ocorrida entre Ceilândia e Taguatinga, o vazio entre Samambaia e Ceilândia tende a permanecer, em virtude do relevo acidentado, com elevações e depressões, que representam barreiras para sua ocupação.

Ao se observar o mapa da ocupação urbana do Distrito Federal, percebe-se a tendência de preenchimento dos vazios que separam as cidades satélites, as quais constituem uma massa compacta isolada do Plano Piloto, garantido por sua listagem como patrimônio mundial em 1987. Para possibilitar a integridade e pureza do desenho de Lucio Costa, propôs-se, como bem conhecido entre os estudiosos de Brasília, a proteção de uma faixa não edificante, delimitando o que se conhece por escala bucólica da cidade. Dessa forma, o Plano Piloto está “protegido” de qualquer conurbação.

**Figura 12:** Barreiras naturais

Fonte: Bases cartográficas da Secretaria de Gestão do Território e Habitação (Segeth), com intervenção Alana Waldvogel.

Buscou-se, até o momento, compreender em sentido macro o peso de Ceilândia. Quando se altera a escala de análise para voltar ao tecido urbano, nota-se primeiramente a manutenção do módulo do desenho inicial para a primeira expansão de Ceilândia, o Setor O e o setor Guariroba. Os Setores P Norte e P Sul apresentam variações de desenho. O arranjo das quadras intercala faixas longitudinais para os equipamentos (escola classe, templos religiosos, comércio) com praças quase quadradas, nas quais se encontram instituições de ensino. A mudança mais evidente no traçado de vias e quadras se verifica na expansão do Setor O. O desenho transgride a malha ortogonal e vê-se a configuração de quarteirões mais compactos. Embora o desenho seja nitidamente diferente, a lógica estrutural do tecido urbano permanece, com a interpolação de faixas longitudinais para escolas e templos, entre outros.

Por essa breve descrição, podem-se considerar três padrões de desenho urbano da cidade, dados pelo núcleo primeiro e o Setor O, pela expansão P Norte e P Sul e pela expansão do Setor O. A esses três padrões soma-se o Condomínio Privê.

**Tabela 1:** Comparativo dos setores de Ceilândia

| <b>OS SETORES DE CEILÂNDIA</b> |                |                       |                       |                                 |
|--------------------------------|----------------|-----------------------|-----------------------|---------------------------------|
| Nome do setor                  | Ano de criação | Tamanho do setor      | Unidade de vizinhança | Lote                            |
| Ceilândia Tradicional          | 1971           | 14.539 m <sup>2</sup> | 2.135 m <sup>2</sup>  | 10 x 25 m<br>250 m <sup>2</sup> |
| Setor O                        | 1976           | 6.541 m <sup>2</sup>  | 2.148 m <sup>2</sup>  | 9 x 21 m<br>189 m <sup>2</sup>  |
| Guariroba                      | 1977           | 7.383 m <sup>2</sup>  | 3.127 m <sup>2</sup>  | 8 x 20 m<br>160 m <sup>2</sup>  |
| P Norte                        | 1979           | 6.372 m <sup>2</sup>  | 2.135 m <sup>2</sup>  | 9 x 15 m<br>135 m <sup>2</sup>  |
| P Sul                          | 1979           | 7.555 m <sup>2</sup>  | 2.135 m <sup>2</sup>  | 9 x 13 m<br>117 m <sup>2</sup>  |
| Expansão Setor O               | 1985           | 5.594 m <sup>2</sup>  | Inexistente           | Tama-<br>nhos<br>variados       |
| Setor N Norte                  | 1989           | 5.660 m <sup>2</sup>  | Inexistente           | Tama-<br>nhos<br>variados       |
| Setor N Sul                    | 1989           | 5.693 m <sup>2</sup>  | Inexistente           | Tama-<br>nhos<br>variados       |
| Setor QNQ                      | 1989           | 5.350 m <sup>2</sup>  | Inexistente           | Tama-<br>nhos<br>variados       |
| Sol Nascente                   | 1990           | Indeterminado         | Inexistente           | Tama-<br>nhos<br>variados       |
| Setor QNR                      | 1992           | 5.851 m <sup>2</sup>  | Inexistente           | 7x18 126<br>m <sup>2</sup>      |
| Condomínio Privê               | 1996           | 2.675 m <sup>2</sup>  | Inexistente           | Tama-<br>nhos<br>variados       |
| Pôr do Sol                     | 2000           | Indeterminado         | Inexistente           | Tama-<br>nhos<br>variados       |

Fonte: Elaborado por Alana Waldvogel.

No plano da ocupação do lote, mencionado no item dedicado à recuperação da casa ceilandense, ressalta-se que o estudo pormenorizado só se realizou em amostragem com as quadras no entorno do Centro de Ensino Fundamental 19. O relato dos trabalhos estudantis, proposto pela equipe de pesquisa do projeto “Cotidianos escolares e dinâmicas metropolitanas da capital do Brasil” colabora para a visualização das formas de morar. O exercício propunha a cada estudante escrever sobre sua casa. Dos escritos, pode-se vislumbrar a mudança de ocupação dos lotes da cidade. Em um dos relatos, por exemplo, a estudante conta sobre as próprias mudanças de residência em Ceilândia. A separação dos pais exigiu a mudança da família para outra moradia com aluguel mais compatível com a renda, solução encontrada em uma casa construída junto a cinco outras em um mesmo terreno. Em situação semelhante, encontram-se outros depoimentos referentes a casas compartilhadas entre membros de uma mesma família. Há casos de ampliações da casa à medida que a família cresce ou para abrigar uma atividade comercial, como os salões de beleza ou de depilação.

A conservação das casas de aluguel é objeto de indignação dos jovens moradores que, lançando mão de ironia, dizem que dos “milhões de rachaduras nas paredes”, no tempo de chuva, brotam cascatas.

Encontram-se também descrições e desenhos de sobrados em que os pavimentos são ocupados como apartamentos. Sobre o Sol Nascente, há um depoimento precioso que narra a transformação de uma chácara, chamada Bem-te-vi, na qual búfalos eram criados. À medida que o bairro foi sendo ocupado, essa chácara foi loteada, os búfalos deixaram de existir e a chácara incorporou-se ao bairro de Ceilândia.

O espaço dedicado ao testemunho dos estudantes elucida como o cotidiano foi se inscrevendo na cidade e atuando de forma a alterar sua densidade populacional e edilícia.

Assim, a precedência de Taguatinga, a rede de estradas parque, a BR-060 e a construção de Ceilândia inegavelmente contribuíram para a conformação urbana da cidade metropolitana.

## 5.5 Ceilândia no âmbito de uma discussão patrimonial

É certo que toda questão envolvendo a transformação de um bem cultural em patrimônio é eivada de posições ideológicas e políticas, porque, ao subtrair esse bem da sua acepção ordinária e atribuir-lhe uma representatividade, sublinham-se narrativas e histórias valorizadas distintamente pelo conjunto dos diversos grupos sociais. O reconhecimento de bens culturais, longe de significar consensos, não raro implica tensões.

A atribuição de valor patrimonial dado à Caixa d'Água de Ceilândia, por exemplo, tem por intuito registrar e valorizar a formação da cidade pelo empenho de seus primeiros moradores, que por um bom tempo lidaram com a dificuldade da falta de água e se posicionaram pela conquista de seus direitos. O valor simbólico desse castelo d'água ultrapassa sua funcionalidade para alçar-se como um semióforo, no sentido atribuído por Pomian ao termo:

Todos estes objectos são manipulados e todos exercem ou sofrem modificações físicas, visíveis: consomem-se. De um outro lado estão os semióforos, objectos que não têm utilidade, no sentido que acaba de ser precisado, mas que representam o invisível, são dotados de um significado; não sendo manipulados, mas expostos ao olhar, não sofrem usura. A actividade produtiva revela-se, portanto, orientada em dois sentidos diferentes: para o visível, por um lado; para o invisível, por outro; para a maximização da utilidade ou para a do significado. As duas orientações, embora possam coexistir em certos casos privilegiados, são, todavia, opostas na maior parte das vezes. [...]

O semióforo desvela o seu significado quando se expõe ao olhar. Tiram-se assim duas conclusões: a primeira é que um semióforo acede à plenitude do seu ser semióforo quando se torna uma peça de celebração; a segunda, mais importante, é que a utilidade e o significado são reciprocamente exclusivos: quanto mais carga de significado tem um objecto, menos utilidade tem, e vice-versa. (POMIAN, 1984, p. 71-72).

A Caixa d'Água é, dessa forma, um contraponto à cidade modernista, patrimônio da humanidade. Sua eleição como símbolo de luta dos ceilandenses expõe a outra face da história da construção de Brasília, contrariando ingênuas utopias e desconstruindo seu tom heroico. O que mais poderia ser considerado relevante, em termos materiais, para contar a história dessa cidade-satélite? Para pensar sobre tal indagação, recupera-se um conceito-instrumento do campo patrimonial. Trata-se de “declaração de significância”, definida na Carta de Burra, datada de 1979:

Significado cultural significa valor estético, histórico, científico, social ou espiritual para as gerações passadas, actual ou futuras. O significado cultural está incorporado no próprio sítio, na sua fábrica, na sua envolvente, na sua utilização, nas suas associações, nos seus registos, nos sítios relacionados e nos objectos relacionados. Os sítios podem ter variações de valor para indivíduos ou grupos diferentes. (ICOMOS, 1980, p. 1).

Zanchetti *et al.* (2014) esclarecem que a declaração de significância apresenta dupla abordagem: uma que atribui aos bens valores em si e outra que os relativiza diante do fato de que são atribuídos pelos grupos sociais e se transformam no tempo e no espaço. É essa segunda abordagem que interessa para discutir Ceilândia no âmbito do debate patrimonial. Quanto aos bens, esses autores destacam atributos a considerar: integridade e autenticidade.<sup>8</sup> No caso deste último, ponderam sobre as diferenças de posição que opõe cultura ocidental e oriental.

<sup>8</sup> Em Zanchetti *et al.* (2014, p. 3), lê-se: “**Integridade**, etimologicamente, significa inteireza, ou seja, qualidade de ser inteiro, na condição de não ter nenhuma parte faltando. Segundo Stovel (2007), para saber se um bem é íntegro deve-se responder a seguinte questão: todos os elementos necessários para contar a história completa do bem estão presentes? De modo complementar, o Guia Operacional (UNESCO, 2005) define integridade como a medida da plenitude e inteireza do patrimônio e seus atributos. [...] A **autenticidade** refere-se à qualidade do que é autêntico, ao caráter do que é genuíno e verdadeiro. A UNESCO compreende a importância deste conceito de autenticidade para a validação dos valores patrimoniais. Ainda segundo o Guia, a capacidade de compreender o valor atribuído ao patrimônio depende do grau de

A declaração de significância presta-se a orientar políticas para a conservação e a manutenção de bens patrimoniais. Implica procedimentos metodológicos em três chaves: a compreensão do significado, o desenvolvimento da política e a gestão da política. Cada uma dessas chaves abarca um conjunto de pesquisa, ações e decisões.

Todavia, a primeira parte desse tripé é a mais relevante para a presente discussão. Para a compreensão do significado cultural, são imprescindíveis a coleta e o estudo de dados sobre o bem cultural para o qual se pretende uma política de manutenção e reconhecimento de valor simbólico. Ao longo deste trabalho, Ceilândia foi apresentada nos seus aspectos urbanísticos e em suas transformações ao longo do tempo, nas formas de morar instituídas por seus habitantes. Viu-se como a expansão da cidade se deu com a adição de novos bairros (Setores), como seu conjunto edilício se alterou, pouco restando de sua fábrica original. Não se pretende, aqui, construir uma retórica de perda, mesmo porque as alterações na cidade, na maioria das vezes, favoreceram seus habitantes, que superaram a precariedade inicial.

No bojo das transformações morfológicas de Ceilândia, a resistência encontra-se no seu plano urbano, no traçado das vias, na manutenção dos módulos constituídos pelas variações da Unidade de Vizinhança. Integridade e autenticidade só se aplicam ao plano da cidade, em particular ao que foi proposto por Ney Gabriel. Essa parte da cidade, a Ceilândia Tradicional, pode significar o contraponto e, simultaneamente, o complemento ao Plano Piloto de Lucio Costa. Assim considerada, ela seria uma espécie de documento histórico de criação da capital veiculada no jingle da Campanha de Erradicação de Invasões: “A Cidade é uma só!”

Dessa forma, o que anteriormente está registrado presta-se ao conhecimento dessa cidade e à construção do território do Distrito Federal.

---

credibilidade ou de veracidade que se pode atribuir às fontes de informação relativas a esse valor (UNESCO, 2005, p. 80).” Sobre o assunto, ver também Stovel, 2007.

## Referências

AMMANN, Safira Bezerra. *Os incansáveis*: Movimento popular de Brasília. Brasília: Cortez, 1987.

BARROS, Ana Luiza. *Percorrendo a Ceilândia/DF*. Brasília: Editora UnB, 2016.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998.

DISTRITO FEDERAL. *Ceilândia*. Brasília: GDF, 1973.

GUIDI, Milza. *Incansáveis moradores da Ceilândia*. Brasília: Edição da autora, 2013.

HOLSTON, James. *A Cidade Modernista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo 2010*. Brasília: IBGE, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 18 out. 2018.

ICOMOS Austrália (International Council on Monuments and Sites). *Carta de Burra*. Sydney: ICOMOS, 1980. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Burra%201980.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2019.

LE CORBUSIER. *Carta de Atenas*. Tradução de Rebeca Scherer. São Paulo: HUCITEC/Edusp, 1993.

MANEIRO, Albino Antônio. *Antônio Albino Maneiro*: depoimento [set. 2001]. Entrevistadores: V. Dornas e S. Castro. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2000. Entrevista concedida ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal.

MARETTO, Marco. Saverio Muratori: towards a morphological school of urban design. In: INTERNATIONAL SEMINAR ON URBAN FORM, 20., 17-20 July 2013, Brisbane. *Annals* [...]. ISUF: Brisbane, 2013, p. 21-34.



PANERAI, Philippe. *Análise Urbana*. Tradução de Francisco Leitão. Brasília: Editora UnB, 2014.

PESCATORI, Carolina. Cidade compacta e cidade dispersa: ponderações sobre o projeto do Alphaville Brasília. *Rev. Bras. de Estudos Urbanos e Regionais*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 40-62, ago. 2015. Disponível em: <http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/4995/4689>. Acesso em: 23 jul. 2019.

POMIAN, Krzystof. Coleção. In: GIL, Fernando (org.). *Memória-História*. Porto: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984. p. 51-86.

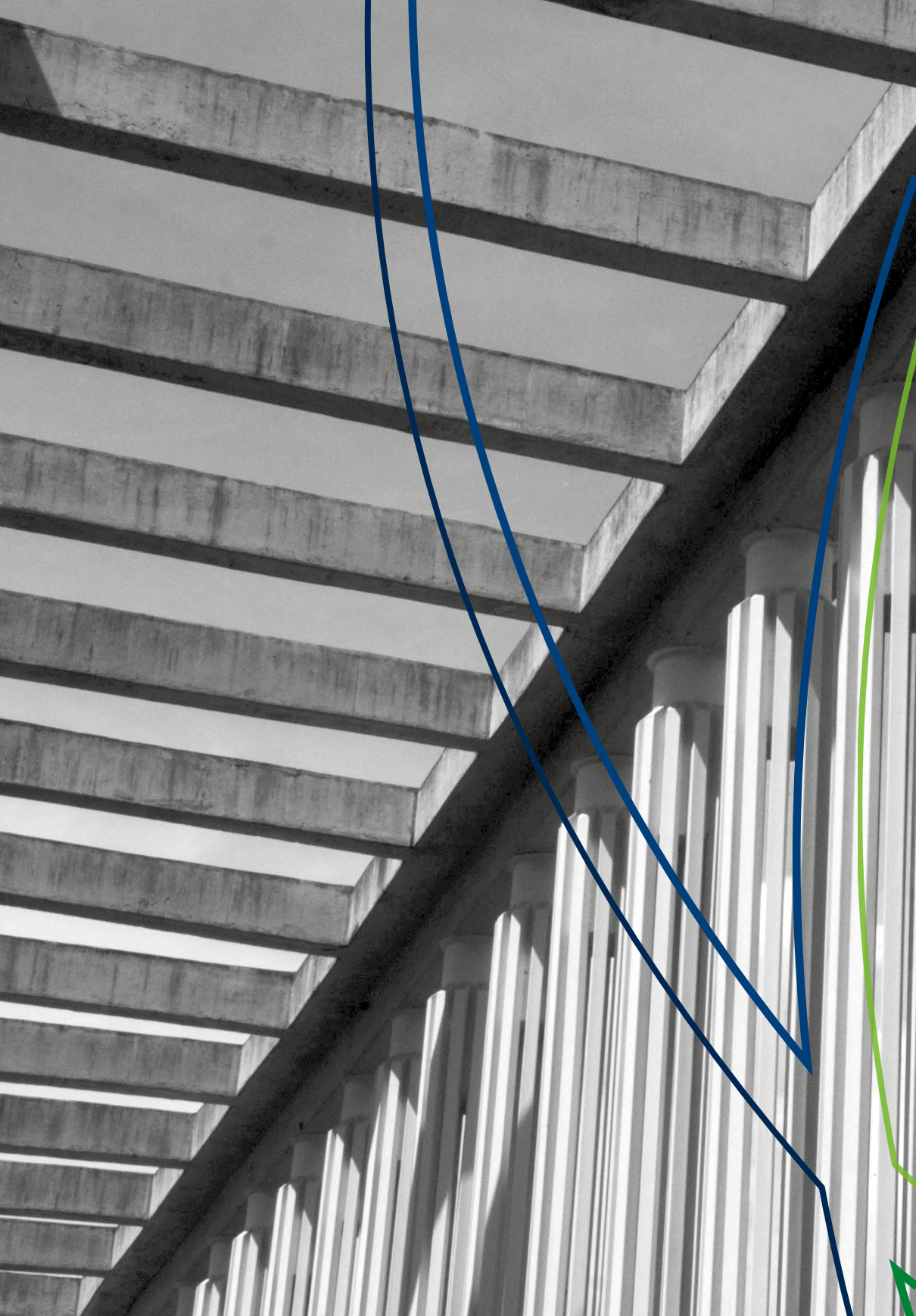
RIGOTTI, Giorgio. *Urbanismo: La Técnica*. Montevideú: Editorial Labor S.A., 1955.


ROSSI, Aldo. *Arquitetura da cidade*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins, 1995.

STOVEL, Herb. *Effective use of authenticity and integrity as world heritage qualifying conditions*. In: CONFERENCE OF THE ICOMOS ISC THEORY AND PHILOSOPHY OF CONSERVATION AND RESTORATION, 4., 4-7 mar. 2007, Florença. *Annals [...]*. Florença: ICOMOS/ICCROM, 2007.

TAVARES, Nadir. *Ceilândia, ontem, hoje... e amanhã?* Brasília: 1981.

ZANCHETI, S. et al. *Declaração de Significância: Um instrumento de salvaguarda do patrimônio arquitetônico*. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE REABILITAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO E EDIFICADO, 12., 21-24 out. 2014, São Paulo, 2014. *Anais [...]*. São Paulo: Centro Internacional para a Conservação do Patrimônio, 2014.





# Sobre as autoras e os autores

## Alana Silva Waldvogel

<http://lattes.cnpq.br/0494728158202903> – Arquiteta pela Universidade de Brasília (FAU-UnB). Atualmente é mestranda em Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo, também pela UnB (PPG-FAU). Desde 2016 desenvolve pesquisas sobre a Morfologia Urbana de Ceilândia, tendo obtido Menção Honrosa por trabalho de iniciação científica sobre o crescimento dessa cidade. *E-mail:* [alana\\_waldvogel@hotmail.com](mailto:alana_waldvogel@hotmail.com)

## Alexandre Jackson Chan Vianna

<http://lattes.cnpq.br/9276311740295002> – Professor Adjunto IV da Faculdade de Educação Física da UnB, membro do grupo de pesquisa Dimensões da Vida Urbana (CNPq). Atua na área de Educação Física. Realiza pesquisas na linha dos Estudos Sociais e Pedagógicos da Educação Física e do Esporte, com interesse em trajetórias escolares e esportivas, formação e identidades. *E-mail:* [chanvianna@unb.br](mailto:chanvianna@unb.br)

### Cristina Patriota de Moura

<http://lattes.cnpq.br/0712338026370509> – Professora Associada II do Departamento de Antropologia da UnB, líder do grupo de pesquisa Dimensões da Vida Urbana (CNPq) e membro do Laviver (Laboratório de Vivências e Reflexões Antropológicas). Atua na área de Antropologia Urbana e realiza pesquisas em Brasília e Pequim (China), com foco em vivências no espaço público urbano e trajetórias escolares com desdobramentos transnacionais. *E-mail*: cpatriota@unb.br

### Elane Ribeiro Peixoto

<http://lattes.cnpq.br/1796841203235489> – Professora Associada I da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB, vice-líder do grupo de pesquisa Cidades Possíveis (CNPq) e membro do Labeurbe (Laboratório de Estudos da Urbe), da UnB. Suas pesquisas concentram-se em temas relacionados à Cidade Contemporânea, envolvendo sua arquitetura, urbanismo e patrimônio. Membro do coletivo Ninhos, atua em projetos de extensão em escolas de ensino fundamental, com o propósito de incluir Brasília, sua história e seus desafios atuais na formação dos estudantes. *E-mail*: elane@unb.br

### Julia Mazutti Bastian Solé

<http://lattes.cnpq.br/1128739135662402> – Mestranda em Patrimônio e Preservação pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (PPG-FAU) da Universidade de Brasília (UnB). Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB (FAU-UnB). Integrante do Grupo de Estudo e Pesquisa Museologia e Interdisciplinaridade (Geminter). Colaboradora da Rede de Educadores em Museus de Goiás (REM-Goiás), gestão 2018-2019. cursou o primeiro ano de Mestrado em História da Arquitetura na Escola de Arquitetura e Paisagem de Lille, no período 2015-2016. Palestrante no TEDx Brasília 016. Pesquisadora, curadora e projetista nas áreas de arquitetura, patrimônio e memória, expografia, curadoria e história da arte. *E-mail*: julia.mazzuttimbs@gmail.com

### Maria Fernanda Derntl

<http://lattes.cnpq.br/5654879697444080> – Professora Associada do Departamento de Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e da Universidade Brasília (FAU-UnB). Orientadora nos programas de pós-graduação da FAU e do Departamento de História da UnB. Bolsista produtividade nível 2 do CNPq. Membro do Labeurbe (Laboratório de Estudos da Urbe), da UnB, e do grupo de pesquisa Dimensões da Vida Urbana (CNPq). É autora do livro *Método e Arte: urbanização e formação de territórios na capitania de São Paulo, 1765-1811* (Alameda/Fapesp, 2013). Desenvolve pesquisas na área de História da Cidade, do Urbanismo e da Urbanização, com ênfase atual em Brasília e suas cidades-satélites. *E-mail:* fernandafau@unb.br

### Vinicius Prado Januzzi

<http://lattes.cnpq.br/9429679094567153> – Mestre em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (2013). Atualmente é doutorando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social pela mesma universidade. Trabalha com antropologia urbana, expansão urbana e camadas médias em Brasília. Desde 2019, é antropólogo na Superintendência do Iphan no Distrito Federal. *E-mail:* vpjanuzzi@gmail.com





Este livro foi composto em UnB Pro e Liberation Serif.



# Cotidianos, escolas e patrimônio

## Percepções antropourbanísticas da capital do Brasil

O livro *Cotidianos, Escolas e Patrimônio: percepções antropourbanísticas da capital do Brasil* apresenta os resultados da pesquisa “Cotidianos escolares e dinâmicas metropolitanas na capital do Brasil”, fruto da colaboração entre dois laboratórios de pesquisa da Universidade de Brasília (UnB): o Laboratório de Estudos da Urbe (Labeurbe-PPG-FAU) e o Laboratório de Vivências e Reflexões Antropológicas: Direitos, Políticas e Estilos de Vida (Laviver-PPGAS-DAN).

A obra reúne capítulos de autoria de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento sobre as relações entre espaços escolares, trajetórias cotidianas e a constituição do patrimônio na capital federal. O patrimônio é tratado como categoria polissêmica, mobilizada por pessoas em contato umas com as outras e com a cidade que produzem, vivem e significam.

Os textos dialogam com diferentes perspectivas para refletir acerca do modo como experiências da capital/metrópole são significadas por seus habitantes, e como a escola, com forte presença na vida urbana, repercute na percepção e na vivência do patrimônio cultural. O material de pesquisa de campo é proveniente de atividades realizadas em colaboração com dois Centros de Ensino Fundamental, um em Ceilândia e outro no Plano Piloto. O conjunto das análises abarcou percepções em diálogo com membros das comunidades escolares, permitindo entrever dinâmicas metropolitanas de forma original, com abordagens ainda pouco exploradas nos estudos disponíveis.

### Foto ao fundo:

Pilares do  
Instituto de  
Biologia/UnB.  
Por Beatriz Ferraz.



EDITORA



UnB

ISBN 978-65-5846-010-7



9 786558 460107